

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS

CENTRO DE LINGUAGEM E COMUNICAÇÃO

Faculdade de Letras

**PRECONCEITO LINGUÍSTICO E LINGUÍSTICA HISTÓRICA:
POSSIBILIDADES PARA O ENSINO DE LÍNGUA MATERNA**

LETÍCIA RAMOS CARVALHO | RA: 16499329

Campinas

2020

LETÍCIA RAMOS CARVALHO

**PRECONCEITO LINGUÍSTICO E LINGUÍSTICA HISTÓRICA:
POSSIBILIDADES PARA O ENSINO DE LÍNGUA MATERNA**

Monografia apresentada à Faculdade de Letras do Centro de Linguagem e Comunicação da Pontifícia Universidade Católica de Campinas como requisito da disciplina Trabalho de Conclusão de Curso.

Orientador: Prof. Dr. João Paulo Hergesel.

Campinas

2020

LETÍCIA RAMOS CARVALHO

**PRECONCEITO LINGUÍSTICO E LINGUÍSTICA HISTÓRICA:
POSSIBILIDADES PARA O ENSINO DE LÍNGUA MATERNA**

Monografia apresentada à Faculdade de Letras do Centro de Linguagem e Comunicação da Pontifícia Universidade Católica de Campinas como requisito da disciplina Trabalho de Conclusão de Curso.

Orientador: Prof. Dr. João Paulo Hergesel.

Aprovação: 09/12/2020.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. João Paulo Hergesel – Presidente

Prof.^a Dr.^a Gabriela Strafacci Orosco – Membro

Campinas

2020

Àquele que primeiro me amou.

AGRADECIMENTOS

Planejei diversas vezes o que escrever aqui ao longo da minha graduação. Agora que esse momento realmente (e finalmente) chegou, já perdi todas as palavras que havia pensado durante anos. O sentimento de gratidão, ainda bem, apenas cresceu. Agradeço primeiramente a Deus, por ter me dado o sopro de vida e o sustento para realizar cada sonho que colocou em meu coração. Ele fez coisas grandes em mim.

Agradeço aos meus pais, Valdimar e Débora Carvalho, por terem dado o suor para que tudo isso fosse possível. E nada nos faltou. Ao meu irmão, Estêvam, por ser um companheiro, desde que chegou ao mundo no fatídico dia 20 de março de 2007 (e tirou o meu protagonismo da minha própria festa de aniversário). Agradeço aos meus avós, Laudetur e Maria de Fátima Ramos e Bernarda Carvalho, por cuidarem de mim desde sempre. E a todos os familiares que estiveram comigo durante essa jornada e que essa página não seria suficiente para registrar. Sem vocês eu não teria chegado nem perto daqui.

Agradeço aos meus colegas de turma de 2016, dos quais sinto muita falta, e de 2017, os quais tive o prazer de conhecer. Em especial, agradeço à Letícia Migliorini (essa é a minha vez de colocar o seu nome aqui), que em meio a essa loucura, também esteve comigo, bem como a Andressa Itou. Agradeço também à Rita Fé, Chiara Borgia e Silvia Pallone. Ao Gabriel Rangel, que me ajudou a encontrar um dos autores que utilizei aqui e mais aproveitei. Vocês não me deixaram desistir.

Agradeço ao Gesse Silva, meu melhor amigo e amor da minha vida, que me ensinou a vê-la em verde claro. Agradeço por tê-lo reencontrado em meio ao caos. Aqui estamos nós dois.

Agradeço à Simone Cardoso. Foi durante suas aulas que decidi cursar Letras. Agradeço à Gabriela Orosco, Cristina Betioli, Cassia dos Santos e Maria Inês Ghilardi. Foi um privilégio enorme poder aprender com vocês, bem como com os outros professores fantásticos do curso. Por último, agradeço ao meu orientador, Prof. Dr. João Paulo Hergesel, que fez o caminho das pedras ser menos doloroso.

O jejum que desejo não é este: soltar as correntes da injustiça, desatar as cordas do jugo, pôr em liberdade os oprimidos e romper todo o jugo? Não é partilhar sua comida com o faminto, abrigar o pobre desamparado, vestir o nu que você encontrou e não recusar ajuda ao próximo?

Isaías 58:6-7. NVI.

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo discutir e analisar as possibilidades de se utilizar as ferramentas da Linguística Histórica aplicadas ao ensino de língua materna para o combate ao preconceito linguístico dentro de sala de aula. O preconceito linguístico consiste no conjunto de crenças que se tem sobre os falantes de determinada variedade linguística. Origina-se de preconceitos sociais e marcam uma hierarquização que remonta aos processos históricos vividos por uma sociedade que influenciaram na língua. A linguística histórica, por sua vez, ocupa-se em investigar os processos históricos que influenciam nas faces linguística e extralinguística de uma língua. Por conta de suas abordagens, a linguística histórica fornece os elementos necessários para dissecar o preconceito linguístico. Por isso, há a possibilidade de utilizar esses insumos em sala de aula, visto que a educação é a melhor ferramenta que se pode utilizar para subverter um sistema social elitista e desconstruir crenças equivocadas. Para tanto, foi realizada uma revisão bibliográfica, a partir do método qualitativo de caráter exploratório. Por último, foi apresentada uma atividade para exemplificar as possibilidades de se trabalhar com o tema em sala de aula.

Palavras-chave: Ensino de língua materna; Preconceito linguístico; Linguística Histórica.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
1 PRECONCEITO LINGUÍSTICO E LINGUÍSTICA HISTÓRICA: UM BREVE PANORAMA	12
1.1 Preconceito linguístico: apenas linguístico?	12
1.2 Preconceito linguístico e Linguística Histórica.....	14
1.3 Metodologia	16
2. DISCUSSÕES E PERSPECTIVAS	18
2.1 O que dizem os teóricos?.....	18
2.2 O que nos diz a BNCC?	21
2.3 O que nos dizem os PCNs?.....	22
2.4 O Programa e Metas Curriculares de Português (em Portugal).....	24
3. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	27
4. PROPOSTA DE ATIVIDADE	30
CONSIDERAÇÕES FINAIS	40
BIBLIOGRAFIA	41

INTRODUÇÃO

Este trabalho apresenta um estudo sobre o preconceito linguístico e as possibilidades de abordagem para o seu tratamento dentro de sala de aula. A escolha por este tema foi engajada por uma série de inquietações referentes à maneira que o assunto é trazido nas escolas e às reflexões sobre novas possibilidades.

Se for permitido um relato pessoal, quero trazer uma das ocasiões que me deram o *insight* para relacionar a linguística histórica com o preconceito linguístico para uma abordagem em sala de aula. No ano de 2019, durante uma das aulas de História da Língua Portuguesa que tive em um programa de intercâmbio na Universidade de Coimbra, a professora fez algumas considerações acerca das diferenças entre as variedades europeia e brasileira do português. Ao retratar os processos sob uma perspectiva histórica, foi gerado um diálogo sobre os diversos eventos históricos que poderiam interferir na formação das variedades. Nesse diálogo gerado, tanto alunos brasileiros quanto portugueses puderam trazer um pouco de suas vivências e hipóteses para as questões levantadas. Todo o diálogo fluiu de forma com que fosse notável o interesse em descobrir as origens de elementos que nos marcam como falantes de determinado dialeto e pertencentes a um grupo social.

Comecei a refletir sobre a importância de haver diálogos como aquele para desconstruir crenças linguísticas que estão, muitas vezes, equivocadas. Tive a oportunidade de perguntar a uma colega sobre a base curricular para o ensino de língua portuguesa utilizada no país europeu e, a partir da análise do documento do Programa e Metas Curriculares de Português, tive a certeza de que a Linguística Histórica pode ser mais explicitamente trabalhada em sala de aula, bem como pode ser relacionada ao preconceito linguístico.

O objetivo geral deste trabalho é verificar e discutir as possibilidades de uso das ferramentas da linguística histórica para a abordagem do preconceito linguístico em ambiente escolar. Entre os objetivos específicos, encontra-se: investigar as relações entre o preconceito linguístico e a sala de aula; evidenciar a importância e a utilidade de uma abordagem histórica para o ensino de Língua Materna; e indicar

possibilidades para se apresentar o preconceito linguístico sob uma ótica histórica da língua. Para indicar algumas possibilidades, será apresentada uma proposta de atividade.

Para a realização desta pesquisa, a metodologia utilizada foi a revisão bibliográfica para levantamento de dados acerca da produção teórica na área, a partir de método qualitativo e de caráter exploratório. Formando o corpo teórico estão autores como Silva (2014), que aborda o preconceito linguístico a partir de uma perspectiva histórica que abrange o Latim até o português brasileiro; Alves e Xavier (2019), que discorrem sobre a ausência da Linguística Histórica e da Sociolinguística nos currículos da educação básica e do ensino superior; e O'Neill (2019), que apresenta a questão do preconceito linguístico no Brasil relacionando-o a questões sociais, conduzindo a uma série de sugestões e recomendações.

O primeiro capítulo deste trabalho fará um breve panorama sobre preconceito linguístico e a linguística histórica. Ao longo da primeira seção do capítulo, ocorrerá um maior aprofundamento sobre a questão do preconceito linguístico. O tema, que tem grande repercussão dentro dos cursos de Letras do Brasil, será tratado mais detalhadamente durante a seção, com a definição e apresentação de conceitos. São citados, nessa primeira parte, autores como Silva (2014), Alves e Xavier (2019), Deng e Ng (2017), e O'Neill (2019). Os autores citados discorrem sobre as crenças do que é um bom e um mau falante, o uso da norma-padrão nas escolas brasileiras, a identidade etnolinguística e a funcionalidade da língua para manutenção de desconstrução de relações de poder já estabelecidas. Por último, é trazida uma perspectiva que demonstra a importância do conhecimento para reverter algumas crenças equivocadas recorrentes nos discursos dos brasileiros. Na segunda parte do capítulo, a mutabilidade da língua é abordada, relacionando-se com fatores extralinguísticos (históricos, econômicos, sociais, etc.). A questão histórica é, aqui, mais explicitamente relacionada ao preconceito linguístico. Por último, a metodologia utilizada para a realização do trabalho é descrita de maneira mais detalhada, considerando autores como Gil (2012) e Lakatos e Marconi (2003).

No segundo capítulo deste trabalho foram discutidas e analisadas as discussões teóricas que já acontecem sobre o assunto, além de serem analisados os Parâmetros Curriculares Nacionais, a Base Nacional Comum Curricular e o Programa e Metas Curriculares de Português. Entre os autores que contribuem para

essa discussão estão: Martins e Michelon (2012), Laperuta-Martins (2014), Alvarado-Prada, Campos Freitas e Freitas (2010), Alves e Xavier (2019), e Araújo e Sousa (2012), que também foram citados no capítulo anterior. Tais pesquisadores trazem, em seus posicionamentos, a perspectiva da língua relacionada a sua prática social. São abordadas as questões de relação de poder e hierarquização social que são refletidas no modo em como um falante faz um julgamento de valores em relação a outro por conta da variedade linguística que faz uso, que podem evidenciar características como classe social e escolaridade, por exemplo. Nesse capítulo, noções como a elitização da educação como uma das causas do distanciamento da variedade tida como variedade de prestígio e a variedade estigmatizada são expostas e discutidas. Outro ponto importante que é citado ao longo do capítulo é a importância de iniciar essas discussões já na educação básica. A escola teria, portanto, um papel fundamental para a mudança de postura da sociedade quanto às questões expressas.

Ainda no segundo capítulo, alguns documentos que norteiam o ensino de Língua Portuguesa no Brasil e em Portugal foram explorados. Primeiro, o documento das Bases Nacionais Comuns Curriculares foi analisado de modo a fazer-se conhecer os posicionamentos acerca do tema. Tanto no Ensino Fundamental – Anos Finais quanto para o Ensino Médio, espera-se que o aluno desenvolva um conhecimento sobre a diversidade linguística e as relações de poder por trás do prestígio de algumas variedades em detrimento de outras. A investigação do posicionamento dos PCNs em relação ao assunto demonstrou que, no documento em questão, também é enfatizada a importância de se fazer conhecer as faces extralinguísticas das variações dialetais. Por último, foi analisado o que o documento português traz para o 10º ano do Ensino Secundário, referente ao subcapítulo: *O português: génese, variação e mudança*. Foram feitas também algumas reflexões sobre a formação docente continuada, para um melhor atendimento às novas demandas teóricas.

No capítulo 3, as análises e conclusões realizadas foram proporcionadas a partir do estudo realizado e do exame das produções teóricas que já estão sendo realizadas na área. Os autores supracitados foram retomados para que houvesse a criação de um diálogo entre os teóricos, com a retomada dos principais conceitos abordados neste trabalho. Um dos principais pontos a ser ressaltado é a grande

concordância que há entre os autores de que a língua deve ser analisada a partir de seu contexto de produção, considerando sempre o local de onde se fala, por quem e quando se fala. Por último, foi reforçada a relevância da educação para que todo esse processo seja viável e a ideia de utopia fique cada vez mais distante.

No último capítulo, foi proposta uma atividade para ser aplicada para alunos do 3º ano do Ensino Médio. A atividade considerou as principais discussões ocasionadas neste trabalho, bem como levou em conta as habilidades e competências sugeridas na BNCC. A atividade terá início com a exposição dos alunos ao vídeo de um *rapper* brasileiro, no qual o artista se posiciona abertamente sobre o preconceito linguístico. Para a realização do trabalho também foram apresentados poemas modernistas, uma produção literária do trovadorismo e uma música sertaneja. A partir dessas produções, espera-se ser possível traçar um paralelo entre o conteúdo e o cotidiano da maneira mais contextualizada possível. Ao fim, é proposta uma atividade para avaliação do que foi aprendido.

Trabalhos que abordam o preconceito linguístico e suas implicações em sala de aula são relevantes para que se compreenda como se dá a reprodução de algumas crenças linguísticas e o papel de professores e professoras ante a essa realidade. É importante ressaltar novamente que, dentro da própria educação encontram-se as ferramentas necessárias para desconstrução de algumas ideias sobre a língua.

Ao discutir sobre aspectos sociolinguísticos, concede-se a possibilidade de conscientização da identidade do aluno como falante, reconhecendo as relações de poder que permeiam a nossa sociedade para, enfim, desafiá-las. A abordagem histórica da língua, embora não muito enfatizada no Brasil e pouco relacionada à questão do preconceito linguístico, é importante para que a nossa realidade atual seja compreendida como uma série de fenômenos históricos, sociais e políticos.

1 PRECONCEITO LINGUÍSTICO E LINGUÍSTICA HISTÓRICA: UM BREVE PANORAMA

1.1 Preconceito linguístico: apenas linguístico?

O preconceito linguístico, assunto tão recorrentemente discutido nos cursos de Letras de todo o país, é resultado de um conjunto de crenças de valores que os falantes nutrem acerca de uma língua e seus falantes. Julga-se o falante e seu modo de falar, relacionando a questões extralinguísticas, relativas ao seu contexto social. Segundo Bagno (1999, p. 9), “*tratar da língua é tratar de um tema político*’, já que também é tratar de seres humanos”. Portanto, encontra-se aqui a perspectiva de que os fenômenos do preconceito linguístico e da variação linguística não podem ser considerados a partir da estrutura de uma língua por si. Como descrito por Silva (2014), as crenças sobre quem é um bom e um mau falante de um idioma baseiam-se na desenvoltura que cada um apresenta ao performar uma variedade da língua que seja mais próxima a um “padrão”. Essa norma-padrão, que se aproxima mais da gramática em relação às outras variedades, é a que, majoritariamente, é abordada nas escolas. Sobre esse uso nas escolas, temos:

(...) para intensificar o uso dessa norma-padrão, a escola, muitas vezes, não abre espaço para discussões sobre as mudanças linguísticas, bem como sobre as variações ocorrentes na fala dos alunos, as quais são um desafio para os estudos da Sociolinguística, sendo o seu objeto de estudo conhecer a realidade plural das normas e variedades em convivência. No entanto, quando as variações linguísticas constituem uma temática curricular, são geralmente estereotipadas, possuindo cunho preconceituoso o seu ensino. (ALVES; XAVIER, 2019, p. 295).

É possível notar que, muitas vezes, até mesmo a forma pela qual a escola apresenta o conteúdo sobre variedades linguísticas é uma postura que atua como manutenção de preconceitos e estereótipos. Isso ocorre porque a existência desse preconceito não diz respeito apenas à língua em sua materialidade, mas sim a classes sociais e até mesmo ao racismo, como pontuado por Silva (2014). A língua, intimamente atrelada aos seus falantes, é um instrumento de poder e possui, por si

só, poder. Para Deng e Ng (2017), um desses poderes é justamente a manutenção da dominância de determinados grupos sociais em relação a outros, como pode ser notado em discursos racistas e sexistas. Ao utilizar uma variedade da língua que é estigmatizada por ser utilizada por pessoas que não pertencem a uma elite social, corre-se o risco de ser vítima de preconceito linguístico por não se adequar às normas utilizadas dentro de contextos elitistas, que não consideram e nem passam perto de considerar os diferentes pontos de partida e realidades de seus falantes. Como descrito também por Silva (2014, p. 25):

A elite brasileira sempre teve acesso à educação, enquanto as classes menos favorecidas tiveram pouco ou nenhum acesso. Esse privilégio educacional permitiu que essa elite estivesse muito mais próxima às gramáticas, por isso, estranhavam menos os usos e as regras exigidas por elas. As classes mais baixas por não terem esse acesso, tinham, e ainda têm dificuldade com os usos e regras da gramática normativa. Todavia, essa dificuldade não significa desconhecimento da língua, não significa que não sabem usar o português com propriedade, senão que não tiveram as mesmas oportunidades escolares que a elite tem.

Pelo fato de ser uma marca de uma identidade etnolinguística (DENG; NG, 2017), qualquer crença acerca de uma variedade linguística é uma crença sobre seus falantes¹. Se determinado dialeto é referido como grosseiro e ignorante, é porque, de algum modo, essa é a crença que tal grupo da elite de determinada sociedade nutre sobre o grupo que o utiliza.

Além de ser uma marca de uma estrutura social extremamente desigual e profundamente elitista, o preconceito linguístico denuncia também a desinformação a respeito da mutabilidade das línguas. Ao ter o conhecimento de que uma língua não é estática e sofre mudanças ao longo de todo o seu percurso histórico, algumas das questões relativas às inovações criativas que os falantes trazem não seriam tão problematizadas pelos puritanos da língua que defendem a manutenção de um dialeto que, muitas das vezes, só existe em livros antigos escritos por portugueses de alguns séculos atrás. O tão marginalizado e questionado *pobrema* segue a

¹ Para ilustrar melhor, um exemplo disso é um dito popular recorrente na Euroásia e Oriente Médio sobre os idiomas falados na região. *Árabe é o Alfa e Ômega / Persa é (tão doce quanto) açúcar / Turco é uma obra de arte / Curdo é um bufo de burro* (tradução minha). Ao analisarmos as dinâmicas políticas e conflitos do local, percebemos que os adjetivos aplicados aos idiomas mostram as crenças que existem sobre seus falantes. Disponível em: <http://kurdishacademy.org/wp/2011/04/10/the-history-of-kurdish-language/>. Acesso em: 19 nov. 2020.

mesma linha evolutiva do *branco*, que antes de ser tornar a palavra amplamente utilizada por nós, também presenciou uma troca entre as consoantes líquidas de // para /r/, sendo *branco* a sua forma inicial. Mesmo sendo uma evolução posterior, o *branco* integrou normalmente a norma-padrão (que será, por vezes ao longo deste trabalho, nomeada como variedade de prestígio, enquanto a variedade não-padrão será identificada como variedade estigmatizada).

A partir das reflexões acima, a seguir serão discutidas questões históricas sobre a língua e o preconceito linguístico.

1.2 Preconceito linguístico e Linguística Histórica

Uma das características que podemos notar em uma língua é a sua mutabilidade. No decorrer do seu percurso histórico, muitas mudanças acometem o sistema. Essas mudanças ocorrem porque os falantes adaptam os componentes linguísticos de acordo com sua realidade, considerando princípios como o da economia linguística e fatores como política e contexto histórico, por exemplo. Analisando determinadas mudanças, é possível vislumbrar que algumas alterações são mais comuns e parecem ser um acontecimento intrínseco a toda língua, seguindo tendências já conhecidas dentro de uma família linguística. Outras se devem às influências e aos contatos que o grupo falante de determinada língua tem e teve com outros grupos que fazem uso de outras línguas.

É de grande importância salientar que os falantes, com toda a sua energia e potencial criativos, são os responsáveis por todas as adaptações de uma língua. No entanto, é comum que haja uma espécie de dessincronia entre os fenômenos que acometem a fala e o estabelecimento desses fenômenos na variedade padrão da escrita. Um determinado fenômeno, antes de ser aceito como padrão em um sistema escrito, é utilizado por seus falantes durante um período de tempo considerável.

Ao levar-se em conta o português brasileiro, pode-se considerar não somente os trajetos que a língua fez em território nacional, como também todos os aspectos que fizeram parte de sua geração antes mesmo de ser considerado como português. Nossas origens linguísticas são traçadas do latim vulgar, latim popular falado pelos

comerciantes, e não pela elite intelectual romana. De acordo com Silva (2014, p. 5), “percorrendo a história, vimos que o latim rejeitado pela elite romana deu origem ao português, visto, hoje, pela elite brasileira como o bom português”.

Dando um grande passo na história da língua portuguesa e já falando em como se deu o estabelecimento do português no Brasil, Castilho (1992) afirma que existem ao menos três teorias sobre como ocorreram as mudanças no português brasileiro e entre elas está a hipótese crioulista, na qual acredita-se que “o PB deve muitas de suas características ao fato de ter derivado de um crioulo” (CASTILHO, 1992, p. 242). Deve-se ter em mente também o que é descrito por Alves e Xavier (2019, p. 296) sobre como o processo ocorreu:

Ao relembrarmos da política pombalina de imposição do uso da língua portuguesa, nas instituições e documentos oficiais no século XVIII, e de proibição do uso da língua geral no Brasil, que por sua vez extinguiu tribos indígenas e conseqüentemente suas línguas, observamos uma construção da ideologia burguesa de língua homogênea, a qual se perpetua no ensino atual da língua materna que segue ríspidamente a norma-padrão instituída pelos compêndios gramaticais.

Nota-se, portanto, que mesmo em diferentes etapas do processo histórico de evolução da língua portuguesa, há uma grande marca do antagonismo entre as classes menos favorecidas e a elite. É importante salientar, também, que esse é o sistema que continua a ser reproduzido nas salas de aula das escolas brasileiras.

Tendo em mente essas considerações, é de suma importância que a história de uma língua e os seus processos sociais, políticos e linguísticos propriamente ditos, sejam abordados em ambiente escolar. Para O’Neil (2019, p. 95):

O conhecimento da origem de variedades não-padrão e como elas evoluíram, em contraste com a evolução das variedades padrão e também em contraste com a evolução dos padrões em outras línguas de prestígio, pode ajudar as pessoas a entenderem que as características das línguas não-padrão não são essencialmente ruins, mas simplesmente diferentes, e que tais características são compartilhadas por muitas outras línguas internacionais e de prestígio (O’NEILL, 2019, p. 95, tradução nossa).²

² Tradução livre do inglês. Fragmento original: “*Knowledge of the origin of non-standard varieties and how they evolved, in contrast to the evolution of the standard, and in contrast to the evolution of the*

Essa consciência linguística sobre o preconceito escondido na distinção de valores entre as variações de uma língua, seria o primeiro passo para combater, de alguma forma, o preconceito linguístico. A palavra combater, aqui, não intenciona a completa extinção desse fenômeno, mas sim a conscientização sobre sua existência. Isso porque o preconceito linguístico é uma das faces do preconceito social, como afirmado por Silva (2014, p. 14). Para rompê-lo, portanto, é necessário que haja uma quebra de paradigmas e crenças preconceituosas dentro da nossa sociedade atual, o que poderia ser visto como uma intenção utópica, visto que uma mudança da estrutura social envolve uma mudança também nas relações de poder.

1.3 Metodologia

Para a realização deste trabalho será utilizada a revisão bibliográfica para levantamento de dados acerca da produção teórica na área, a partir de método qualitativo e de caráter exploratório. A pesquisa bibliográfica, de acordo com Gil (2002, p. 44), “é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”.

A revisão bibliográfica foi escolhida em detrimento de outras metodologias porque permite uma análise mais ampla do que já está sendo produzido na área teórica da sociolinguística, acerca do preconceito linguístico, linguística histórica e suas relações com a educação básica. Para Lakatos e Marconi (2003, p.240) “uma procura de tais fontes, documentais ou bibliográficas, torna-se imprescindível para a não duplicação de esforços, a não “descoberta” de ideias já expressas, a não inclusão de lugares-comuns no trabalho”. Sobre as vantagens da pesquisa bibliográfica, Lakatos e Marconi também afirmam que “a principal vantagem da pesquisa bibliográfica reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente” (2003, p. 200).

standards in other prestigious languages, can help people understand that features of non-standard languages are not inherently bad but merely different, and that such features are shared by many different international and prestigious languages”.

Em primeiro momento, será feita uma análise de materiais produzidos que relacionam os termos, de alguma forma. Nas primeiras seções deste capítulo, estão presentes autores que abordam o preconceito linguístico a partir de uma perspectiva histórica, contemplando desde o latim até o português brasileiro e que discorrem sobre o preconceito linguístico no Brasil e a problemática da abordagem superficial que é feita nas escolas. Após uma maior conceitualização e contextualização sobre cada um dos tópicos relacionando-os ao sistema educacional brasileiro, será feita uma análise mais específica.

Para este segundo momento, foram analisados os documentos como a Base Nacional Comum Curricular e os Parâmetros Curriculares Nacionais para levantamento de dados sobre a) as perspectivas que são utilizadas em tais guias e b) sobre a abordagem esperada por parte dos docentes. Foram considerados termos como variedades linguísticas, preconceito linguístico e linguística histórica (ou história da língua). É importante frisar que tanto a omissão quanto a pouca utilização de alguns termos, poderão ser consideradas como indicadores sobre como o assunto é tratado na educação básica no Brasil. Para uma maior exemplificação da possibilidade de integrar a linguística histórica no currículo da disciplina de língua portuguesa e sua aplicação em relação ao preconceito linguístico, foi analisado também o Programa e Metas Curriculares de Português, que norteiam o que deve ser abordado no ensino secundário português, que é equivalente ao nosso ensino médio. Cabe ressaltar que esse paralelo entre os documentos brasileiros e o documento português não intenciona um juízo de valores sobre qual sistema educacional é *melhor* ou mais adequado, mas sim de evidenciar possíveis caminhos.

A partir dessas reflexões e análises, foram enfim discutidas as possibilidades e implicações que essa abordagem pode trazer à educação.

2. DISCUSSÕES E PERSPECTIVAS

2.1 O que dizem os teóricos?

Sobre a escolha de uma variedade da língua para exercer o papel de *variedade de prestígio*, Martins e Michelon (2012, p. 104) afirmam:

Marca de uma hierarquização social, essa escolha, muitas vezes, pode não ser aceita pela norma-padrão vigente, ocorrendo as chamadas estratificações sociais, que estigmatizariam o falante em um contexto tido como formal.

Trata-se, portanto, do reflexo da relação de poder vigente na sociedade em questão, sobretudo ao que se refere ao poder econômico das classes dominantes sobre as classes trabalhadoras, uma vez que “a classe dominante determina sua norma linguística como padrão e marginaliza os dominados que dela não fizerem uso” (MICHELON e MARTINS, 2012, p. 105). É importante, porém, considerar que muitas vezes não existe apenas uma polarização de maneiras de falar, mas sim uma mescla. Por maior esforço que haja, nenhum falante conseguiria se adequar integralmente à modalidade normativa da língua durante a sua fala ou até mesmo em sua escrita. Como bem pontuado por Araújo e Sousa (2012, p. 93):

Usos vernaculares como (a) “Eu conheço ele muito bem”, (b) “Me passe o açúcar”, (c) “Tem muita gente lá fora” mostram que nem mesmo pessoas com nível superior de escolaridade utilizam inteiramente a norma-padrão, ou seja, não seguem totalmente as prescrições da gramática normativa. Por outro lado, não se pode negar que as dificuldades em relação ao processo de ensino-aprendizagem de língua primeira serão mais acentuadas para estudantes que têm como sua norma linguística o falar popular; fala-se, principalmente, dos alunos provenientes da zona rural e daqueles que habitam a periferia dos grandes centros urbanos.

Mesmo que um indivíduo com alta escolaridade não consiga se adequar de maneira completa à variedade de prestígio, a escolarização também é uma questão relevante a ser considerada. Segundo Araújo e Sousa (2012, p. 86):

Compreende-se que a escolarização é um fator importante para o domínio da norma culta, o que permite afirmar que a ausência de escolarização acarretou uma variedade diferente do português europeu, gerando, dessa forma, as variedades populares, hoje faladas por pessoas pouco escolarizadas e com poucos recursos sociais e financeiros.

A partir dessas afirmações, é possível notar que grande parte do distanciamento entre a variedade de prestígio e a variedade estigmatizada foi causada justamente pela elitização da educação, que fez com que a variedade mais próxima ao português europeu fosse completamente diferente do que foi tomando forma nas camadas populares. Ainda hoje é possível encontrar o discurso de que o português correto é o português falado pelos europeus, o que é um reflexo claro de um processo histórico que tende a valorizar o colonizador, pois crê-se em sua superioridade e aplica-se essa crença ao seu dialeto. Cabe recordar, mais uma vez, que as ideias acerca de uma língua não são formadas necessariamente por causa do idioma por si, mas sim porque existem ideias sobre os seus falantes. Para Martins e Michelon (2012, p 119), trata-se de uma maneira para marcar as pessoas de acordo com suas classes sociais:

Certo e errado são conceitos pouco honestos que a sociedade usa para marcar os indivíduos e classes sociais pelos modos de falar e para revelar como os considera; ou seja, se são pessoas que possuem influência ou ocupam posições de prestígio ou não; se exercem o poder instituído ou não etc.

Se antigamente a educação não democrática teve um papel importante para tornar o preconceito linguístico algo tão recorrente e enraizado na nossa cultura, atualmente existem ainda algumas questões a serem melhor desenvolvidas quanto ao ensino de língua materna. De acordo com Laperuta-Martins (2014), que desenvolveu uma pesquisa para registrar o preconceito linguístico presente nas crenças linguísticas de alunos e professores, existem três principais tópicos a serem considerados, sendo eles:

1. os alunos de graduação em Letras e seus desejos de aprender gramática normativa;
2. os professores de educação básica e seu (quase) desconhecimento a respeito de conceitos da Sociolinguística;

3. a opinião da pessoa “comum”, aquele cidadão que não tem conhecimento técnico sobre linguagem, e seu senso comum a respeito da língua portuguesa e suas implicações no ensino (LAPERUTA-MARTINS, 2014, p. 116).

Os dois primeiros tópicos anteriores são diretamente relacionados ao processo de ensino-aprendizagem e o último, podendo ser considerado como uma de suas causas, evidencia que uma provável iniciativa de solução para esse problema deve ter origem na educação, mais precisamente na educação básica, como afirma Laperuta-Martins (2014, p. 123), “esse trabalho precisa ser iniciado o quanto antes, na educação básica, porque, do contrário, as chances de se reverter crenças equivocadas sobre a língua/linguagem ficam bem remotas, senão inviáveis”. Até mesmo a forma que se aborda o assunto dentro da educação básica deve ser problematizada, considerando sua eventual eficácia nas diferentes abordagens. Considerando a perspectiva da língua como prática social, é importante que tais assuntos não sejam mencionados superficialmente e sem exemplos práticos. Dentro da proposta deste trabalho, isso significa que, depois de apresentar os processos sociais e históricos por trás das adaptações da língua portuguesa que é hoje falada no Brasil, deve-se evidenciar os resultados desses processos dentro de um contexto real de utilização. Exemplificando, trabalhando com um dos livros do Sítio do Picapau Amarelo, de Monteiro Lobato, é possível abordar os diferentes eventos que levaram a fala do Visconde de Sabugosa ser diferente da fala da Tia Nastácia – e que, dentro de cada realidade, o modo de usar a língua cumpre o seu principal objetivo em ambos os casos: que haja a efetivação de uma prática comunicativa. Daí a importância da formação contínua dos docentes, para que haja o conhecimento de diferentes metodologias e, assim, que os alunos não recebem o conteúdo de maneira crua e sem aplicação prática. Para Martins e Michelon (2012, pp. 105 - 106):

No autoritarismo existe uma forma de compreensão em que a informação age sobre a formação, o conteúdo é oferecido pronto, não se considerando o processo que levou a sua formação. Assim, um aluno recebe, por exemplo, pronta, sua apostila, sem ter um conhecimento prévio e global de como toda aquela informação se processou. É a ditadura do secundário, em que um referente é transmitido a partir de uma ideologia pré-determinada, ou seja, existe uma interpretação pronta acerca de determinado assunto, e questiona-se a validade ou não dessas informações para o conteúdo

de vida do aluno, para o trabalho que desenvolve ou pretende desenvolver em seu dia-a-dia.

Martins e Michelon (2012) também refletem sobre o confronto prática *versus* teoria que muitas vezes surge nesse contexto de discussão.

2.2 O que nos diz a BNCC?

Para analisar o que a Base Nacional Comum Curricular traz sobre o assunto, serão analisadas as habilidades e competências sugeridas no documento para o Ensino Médio e para o Ensino Fundamental – Anos Finais. Sobre as variedades linguísticas, a BNCC (BRASIL, 2018, p. 70) traz:

Assim, é relevante no espaço escolar conhecer e valorizar as realidades nacionais e internacionais da diversidade linguística e analisar diferentes situações e atitudes humanas implicadas nos usos linguísticos, como o preconceito linguístico.

Nota-se, no trecho acima, uma preocupação com a questão da diversidade linguística. No documento, questões sobre prestígio social da modalidade escrita da língua em detrimento da modalidade falada (BRASIL, 2018), também são referenciadas. Na BNCC, sugere-se que todas as implicações do preconceito linguístico devem ser abordadas em sala de aula. Deve-se atentar também para duas das competências específicas de língua portuguesa para o ensino fundamental:

4. Compreender o fenômeno da variação linguística, demonstrando atitude respeitosa diante de variedades linguísticas e rejeitando preconceitos linguísticos.

5. Empregar, nas interações sociais, a variedade e o estilo de linguagem adequados à situação comunicativa, ao(s) interlocutor(es) e ao gênero do discurso/gênero textual (BRASIL, 2018, p. 87).

Tendo essas duas competências específicas como referencial, espera-se que haja uma visão ampla sobre o assunto. No entanto, embora preveja tais elementos,

o documento em questão não exemplifica alguma forma de trabalhar sobre variação linguística. De fato, a natureza do documento não é de descrever possíveis atividades, mas sim de elencar o que deve ser abordado no decurso dos anos letivos. Uma das habilidades referidas na BNCC (BRASIL, 2018, p. 161), é “(EF69LP55) Reconhecer as variedades da língua falada, o conceito de norma-padrão e o de preconceito linguístico”. Quanto ao Ensino Médio, podemos encontrar a seguinte habilidade:

(EM13LP10) Analisar o fenômeno da variação linguística, em seus diferentes níveis (variações fonético-fonológica, lexical, sintática, semântica e estilístico-pragmática) e em suas diferentes dimensões (regional, histórica, social, situacional, ocupacional, etária etc.), de forma a ampliar a compreensão sobre a natureza viva e dinâmica da língua e sobre o fenômeno da constituição de variedades linguísticas de prestígio e estigmatizadas, e a fundamentar o respeito às variedades linguísticas e o combate a preconceitos linguísticos (BRASIL, 2018, p. 508).

Espera-se, portanto, que haja um ambiente de reflexão crítica para que os alunos possam assimilar os conceitos e aplicá-los às suas realidades, reconhecendo-se como pertencentes a uma identidade linguística. Fazê-los compreender as dinâmicas sociais que permeiam as variações linguísticas é empoderá-los para que possam problematizar algumas das crenças preconceituosas sobre a língua que permanecem até hoje.

2.3 O que nos dizem os PCNs?

O documento dos Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 1997; 1998) traz consigo uma perspectiva de linguagem como prática social, o que vem ao encontro do que tem sido discutido neste trabalho. É evidenciado, em alguns capítulos, que a língua está intrinsecamente relacionada com a participação social de seus utentes, e o próprio ensino de língua materna visa a ampliação dos conhecimentos prévios, de modo a ampliar também a experiência dos alunos com diferentes textos. De acordo com o próprio documento, “a língua é um sistema de signos histórico e social que possibilita ao homem significar o mundo e a realidade”

(BRASIL, 1997, p. 22), o que se associa com o que é afirmado também por Martins e Michelon (2012, p. 107) quando afirmam que “a língua é utilizada como um elemento de interação entre o indivíduo e a sociedade em que ele atua”. Ante a essas perspectivas, parece imperativo que assuntos que englobam a língua em sua função e caracterização dentro de uma sociedade sejam abordados, como por exemplo o preconceito linguístico e as variedades do português.

Os PCNs apresentam uma definição de variedades dialetais que se refere às diferenças entre as regiões em diferentes momentos históricos. Espera-se, também, que a escola abdique da crença em alguns mitos relacionados à língua, tais quais sobre as concepções de certo e errado e de que a escrita é um reflexo da fala. Fala-se, em primeiro momento, acerca das variedades e da necessidade de adequá-las aos seus diferentes contextos de uso, mas não se debate sobre os diferentes processos que originaram esses modos de falar. Embora o preconceito linguístico seja abordado, não é pontuado de maneira assertiva. Pergunto-me, então, sobre as oportunidades de tratar o assunto com maior seriedade e clareza que são perdidas perante a omissão de alguns termos e de suas implicações reais dentro de um grupo social. Se considerarmos os objetivos gerais do Ensino Fundamental citados pelo documento, temos entre eles:

- conhecer características fundamentais do Brasil nas dimensões sociais, materiais e culturais como meio para construir progressivamente a noção de identidade nacional e pessoal e o sentimento de pertinência ao País;
- conhecer e valorizar a pluralidade do patrimônio sociocultural brasileiro, bem como aspectos socioculturais de outros povos e nações, posicionando-se contra qualquer discriminação baseada em diferenças culturais, de classe social, de crenças, de sexo, de etnia ou outras características individuais e sociais;
- perceber-se integrante, dependente e agente transformador do ambiente, identificando seus elementos e as interações entre eles, contribuindo ativamente para a melhoria do meio ambiente (BRASIL, 1997, p. 5; BRASIL, 1998, p. 7).

Um estudo linguístico sob uma perspectiva histórica atenderia a esses tópicos, evidenciando a identidade nacional ao ser considerado o processo que nos trouxe às variedades do português faladas atualmente no Brasil; evidenciando as relações de poder nas quais se originam diversos tipos de discriminação (neste

caso, o preconceito linguístico); e trazendo empoderamento aos alunos ao tornar acessível a eles a consciência do poder que eles possuem ante a essa ou qualquer questão referente a pautas sociais. Percebe-se que, mais do que uma justificativa, podemos encontrar nesses objetivos um respaldo para que o preconceito linguístico, a partir da linguística histórica ou não, seja tratado com mais clareza dentro das escolas brasileiras. No entanto, ao considerarmos a formação de professores brasileiros, essa seria uma ideia aplicável à realidade?

Devemos ter em mente que os componentes curriculares que compõem a grade dos cursos de Letras em diferentes universidades brasileiras são diferentes entre si. A Linguística Histórica, por exemplo, é uma disciplina obrigatória em alguns centros acadêmicos, o que não acontece em outros. Uma das opções, portanto, seria investir na formação continuada para que haja atualização dos docentes em Língua Portuguesa quanto às possibilidades de aplicação da corrente linguística. Segundo Alvarado-Prada, Campos Freitas e Freitas (2010, p. 369), sobre a formação continuada temos:

Formar-se é um processo de toda a vida; enquanto seres humanos, temos a possibilidade de aprender e, portanto, nos humanizamos permanentemente, mediante as relações e interações que acontecem nos diversos ambientes culturais nos quais temos relações. Deste modo, aprender é mais do que receber ou obter informações e conhecê-las ou compreendê-las é tornar o aprendizado parte do ser, implicando desenvolver-se com ele. Formar-se é um processo de aprendizagem que se realiza desenvolvendo-se individual e coletivamente dentro da cultura, incorporando-a, criando e recriando-a.

A partir de tais considerações, temos algum exemplo de aplicação de conteúdos da linguística histórica no ensino de Língua Portuguesa?

2.4 O Programa e Metas Curriculares de Português (em Portugal)

Como elucidado no capítulo anterior, ao trazer como exemplo o Programa e Metas Curriculares de Português, redigido para contemplar os conteúdos a serem trabalhados no décimo ano do ensino secundário em Portugal (equivalente ao primeiro ano do ensino médio no Brasil), não é pretendido que haja um juízo de

valores sobre qual sistema educacional é *melhor*. Entende-se que os dois países passaram por percursos diferentes quanto à educação. Também é importante pontuar que o paralelo entre os documentos não é efetuado a título de comparação, visto que, em alguns exemplos, dedicam-se a faixas etárias diferentes, mas sim para ilustrar uma possibilidade para o ensino de língua materna.

Podemos encontrar no documento português, inserido no tópico Gramática, o subtópico O português: gênese, variação e mudança. São abordadas as etapas da formação e evolução do português, os processos fonéticos e fonológicos relacionados às mudanças da língua ao longo do tempo, a etimologia e, por último, a geografia do português no mundo. Dando maior atenção ao primeiro subtópico, por exemplo, nota-se que há a abordagem da língua considerando o latim até o português contemporâneo. Dentro dessas etapas, claro, trabalha-se com o processo da romanização e dos substratos e superstratos, por exemplo, que necessitam de uma grande contextualização histórica para serem considerados. Dialogando com Alves e Xavier (2019, p. 295), “desse modo, podemos conceber a norma como um conjunto de fenômenos linguísticos comuns e habituais em uma determinada comunidade de fala que são permeados de valores socioculturais”. Há também a possibilidade de abordar o fato de que, mesmo as variedades consideradas prestigiadas dentro do nosso contexto, foram originadas do latim vulgar e que a língua, mesmo que não percebamos, está em constante mudança. Como pontuado por Alves e Xavier (2019, p. 294), “muitas vezes, essas modificações não são notadas pelos falantes, que possuem uma sensação mais de permanência do que de mudança”.

O último subtópico do documento em questão, que se refere à geografia do português no mundo, traz consigo muitas outras possibilidades. Parece ser um primeiro passo para não restringir a língua portuguesa como um fenômeno local, mas que por causa de diversos fatores históricos e econômicos, está atualmente presente em outros continentes. Além disso, há a possibilidade de ser mais fácil ilustrar o fato de processos históricos diferentes terem levado a maneiras diferentes de se utilizar o idioma em questão. Deste modo:

Assim, observamos que o estudo da história de uma língua engloba diversos aspectos internos e externos, uma vez que implica o conhecimento do funcionamento da evolução e das transformações

de fenômenos linguísticos, por exemplo, questões fonéticas e fonológicas, e, também, extralinguísticas, em razão de fatos sociais e políticos. Percebemos, assim, que essas modificações ocorrem em qualquer língua do mundo, desenvolvendo variações que se inserem mais rapidamente na fala, e que podem até mesmo atingir a escrita. (ALVES; XAVIER, 2019, p. 293).

Considerando o documento que norteia o ensino de língua materna para as escolas portuguesas, é possível notar que, da linguística histórica, é possível encontrar inúmeras ferramentas que podem ser utilizadas para a abordagem das variedades linguísticas e, conseqüentemente, do preconceito linguístico.

3. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A partir das leituras e dos estudos feitos para a realização deste trabalho, é possível notar que há uma grande difusão entre os teóricos da perspectiva do preconceito linguístico como um fenômeno que não diz respeito apenas à língua, mas sim a todo o contexto social, histórico e econômico no qual a sociedade está inserida. Se tomarmos como referência o próprio documento da BNCC (BRASIL, 2018, p. 70), há a seguinte afirmação:

[...] é relevante no espaço escolar conhecer e valorizar as realidades nacionais e internacionais da diversidade linguística e analisar diferentes situações e atitudes humanas implicadas nos usos linguísticos, como o preconceito linguístico.

Martins e Michelon (2012) trazem esse ponto de vista ao pontuar que a preferência de uma variedade da língua em detrimento de outra mostra uma hierarquização social que reflete a própria organização da sociedade em questão e suas relações de poder. Os mesmos autores discorrem também que, com o aparato da sociolinguística, o ensino deveria ser pensado de forma a atender às demandas regionais e ser mais contextualizado em relação ao grupo social que atende. Cabe lembrar que os documentos nacionais que abordam o ensino são generalistas por não haver a possibilidade de contemplar cada microrrealidade em um país com as dimensões do Brasil. Fica a cargo de cada escola entender as dinâmicas sociais daqueles que são beneficiados pelos seus serviços direta ou indiretamente.

Mudar a realidade sobre o preconceito linguístico implica, segundo O'Neill (2019), mudar todo um sistema social. Essa mudança, por mais difícil e utópica que soe, deve ser iniciada na educação, para que haja melhores projeções sobre um possível movimento de conscientização sobre identidade linguística. Para Laperuta-Martins (2014), o trabalho deve ser iniciado ainda na educação básica, para que se tenha mais chances de desconstruir algumas das crenças linguísticas tão enraizadas em nossa sociedade. Segundo a autora, existe um preconceito que os brasileiros nutrem pelo outro e por si próprios, ao comparar os enunciados proferidos a partir de uma variedade de prestígio da língua com os enunciados proferidos por si dentro de uma variedade estigmatizada dentro de um sistema elitista.

Segundo O'Neill (2019), o acesso ao conhecimento sobre como se dá o processo de evolução e mudança das línguas pode ajudar a internalizar a problemática de utilizar conceitos de certo ou errado para fazer distinção entre as variedades de uma língua e, conseqüentemente entre seus falantes. A partir dessas pontuações, podemos notar a crença do autor sobre as possibilidades da linguística histórica como uma das ferramentas para o combate a antigas crenças linguísticas e desconstrução de conceitos profundamente enraizados no imaginário popular. Ainda de acordo com o autor, o preconceito linguístico institucionalizado dentro das escolas ressalta a posição de desvantagem que alguns alunos possuem ao falar da maneira que aprenderam em seus círculos sociais. A baixa autoestima causada pela exposição a situações nas quais um aluno pode se sentir inferior pode causar até mesmo uma baixa no rendimento escolar. De acordo com Ramos e Pieri (2012, p. 2): “vários fatores contribuem para o surgimento do preconceito linguístico. Um deles é uma tentativa de impor a norma padrão de nossa língua, a gramática, como a única forma “correta” de falar”. O binarismo entre certo e errado criado pela busca dos professores às imperfeições nas falas dos alunos é, segundo os autores, uma hipocrisia. Pode-se concluir, a partir dessas reflexões, que a escola tem, em grande parte, responsabilidade pela internalização de crenças linguísticas equivocadas e que se reflete em discursos pronunciados pelo cidadão comum e pela mídia no geral e que podem ser comprovadas através do grande prestígio que gramaticistas conservadores ganham na imprensa. Portanto é importante repensar o papel em relação aos novos conceitos trazidos pela sociolinguística e as aplicações práticas. De acordo com Martins e Michelin (2012, p. 120):

Se os alunos aprenderem a verdade linguística das variantes, a sociedade mudará seu modo de encarar esse fenômeno e passará a assumir um comportamento socialmente mais adequado com relação às diferenças linguísticas.

Existe, portanto, na educação, a chave para promover as mudanças sociais necessárias para, se não erradicar o preconceito linguístico, dar as ferramentas necessárias para conscientizar os que não sofrem com essas questões se colocarem no lugar do outro e para que aqueles que são oprimidos possam abraçar a sua variedade linguística como identidade e lutar contra a elitização que causa,

acidentalmente ou não, um ofuscamento histórico dos processos linguísticos que originam uma variedade. A verdade linguística, abordada na citação anterior, pode ser interpretada a partir das concepções de linguagem que postulam que uma língua deve ser vista e entendida como prática social, além de ser mutável e estritamente relacionada à sociedade que a utiliza, considerando todos os fatores culturais, históricos e econômicos que a caracterizam como sociedade, e também por ser um lugar de identidade, a partir do qual entende-se quem são os seus falantes.

Se a educação é a principal chave para toda mudança social almejada e a linguística histórica é uma das principais ferramentas que os professores de língua materna podem utilizar para abordar o preconceito linguístico de maneira ampla e não descolada da realidade, é necessário ponderar sobre o que é imprescindível para que essa seja uma possibilidade real e não utópica, entendendo o funcionamento da escola e dos processos educacionais vigentes na instituição. No final do capítulo anterior, foi ressaltada a necessidade da formação continuada dos professores, para que haja uma maior capacitação dos mesmos, não somente para conhecer o que a linguística traz de novo sobre o preconceito linguístico e outros assuntos pertinentes para o ensino, mas também para que possam refletir sobre os contextos escolares nos quais trabalham e, assim, sugerir e produzir pesquisas e conteúdos que sejam relevantes dentro da realidade local. Essa reflexão foi feita, também, porque há uma grande oferta de cursos de Letras no país com grades curriculares que abrangem diferentes tópicos entre si e a proposta deste trabalho não é a de sugerir mudanças nos componentes curriculares do ensino superior ou básico, mas sim de mostrar que é possível trazer essas discussões de maneira simples e direta dentro de sala de aula.

A partir dessas colocações, será proposta uma atividade que atenda às inquietações apresentadas neste trabalho de modo a cumprir com o que é sugerido em documentos como a BNCC e os PCNs.

4. PROPOSTA DE ATIVIDADE

Como foi proposto anteriormente, este trabalho pretende indicar algumas possibilidades para a abordagem do preconceito linguístico sob uma perspectiva histórica da língua em sala de aula. A proposta de atividade que será apresentada a seguir foi pensada para a 3ª série do Ensino Médio. Para tanto, serão idealizados alunos que possuam acesso à *internet* e a dispositivos como celulares e/ou computadores, e que possuam alguma familiaridade com a rede social *instagram*. Em caso de falta de acessibilidade a tais recursos de tecnologia digital, a atividade poderá ser desenvolvida por meio analógico. As principais habilidades mobilizadas na atividade serão:

(EM13LP01) Relacionar o texto, tanto na produção como na leitura/escuta, com suas condições de produção e seu contexto sócio-histórico de circulação (leitor/audiência previstos, objetivos, pontos de vista e perspectivas, papel social do autor, época, gênero do discurso etc.), de forma a ampliar as possibilidades de construção de sentidos e de análise crítica e produzir textos adequados a diferentes situações (BRASIL, 2018, p. 506).

(EM13LP10) Analisar o fenômeno da variação linguística, em seus diferentes níveis (variações fonético-fonológica, lexical, sintática, semântica e estilístico-pragmática) e em suas diferentes dimensões (regional, histórica, social, situacional, ocupacional, etária etc.), de forma a ampliar a compreensão sobre a natureza viva e dinâmica da língua e sobre o fenômeno da constituição de variedades linguísticas de prestígio e estigmatizadas, e a fundamentar o respeito às variedades linguísticas e o combate a preconceitos linguísticos (BRASIL, 2018, p. 508).

Primeiramente, é necessário conhecer a bagagem que os alunos já possuem em relação a discussões sobre a língua. Para isso, será apresentado o vídeo AMPLIFICA por Emicida – Preconceito Linguístico no dia a dia³, do *rapper* Emicida⁴, que está disponível no canal do *YouTube* Natura Musical. Nele, o artista faz algumas considerações sobre a língua portuguesa (ou *língua brasileira*, como definida por ele durante o vídeo) no geral e sobre suas percepções acerca do preconceito linguístico. A partir dessa atividade, algumas perguntas serão apresentadas aos alunos para

³ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=QlhsiMWT-eQ>. Acesso em: 17 de novembro de 2020.

⁴ Para mais informações sobre o artista e suas produções, bem como shows e turnês, acessar: <http://www.emicida.com/?debug=true>. Acesso em: 19 de novembro de 2020.

sondar as crenças linguísticas já internalizadas. Algumas questões que podem ser apresentadas a partir das falas do Emicida são:

1. O que significa a fala de Emicida quando ele afirma que o idioma traz junto uma visão de mundo?
2. O artista afirma que não gosta de chamar o idioma majoritariamente falado no Brasil de português, mas sim de brasileiro por conta das grandes diferenças entre a variedade brasileira e a variedade europeia. Qual sua opinião sobre essa afirmação?
3. Como a afirmação de que muitas pessoas não possuem um diploma, mas possuem uma vivência e sabem coisas tão ou mais importantes do que o que a academia traz pode se relacionar com o uso da língua portuguesa?
4. O que o *rapper* quer dizer quando afirma sobre compartilhar o conhecimento de forma afetuosa e não arrogante?
5. Qual o exemplo que Emicida dá sobre o uso de norma culta e o que ele afirma sobre o exemplo?

A partir dessas questões, pode-se criar um diálogo com os alunos de modo a traçar os conhecimentos prévios acerca do assunto. É importante, no entanto, ressaltar que nesse primeiro momento não existem respostas certas ou erradas, já que o que for respondido refere-se às crenças linguísticas de cada um que foram moldadas ao longo da vida. A primeira questão refere-se diretamente a conceitos de identidade linguística; a segunda questão aborda justamente os processos históricos que fizeram com que o português brasileiro se diferenciasse tanto do português europeu; nas terceiras e quartas questões, espera-se abordar o preconceito linguístico mais explicitamente relacionado às hierarquias sociais; a última questão, por sua vez, permite abordar os conceitos sobre norma culta.

Em seguida, para melhor desenvolvimento das atividades, pode ser realizada uma pequena introdução ao movimento Modernista da literatura. Levando em consideração o que é afirmado por Oliveira (2009, p. 2), temos:

Assim como as pesquisas linguística de corrente sociovariacionista vieram a dar um novo rumo aos estudos da linguagem, a literatura modernista trouxe a lume uma nova maneira de perceber a língua, cujas funções estão atreladas a fatores linguísticos como o fonológico, o morfológico e o sintático, bem como fatores extralinguísticos ancorados em aspectos sociais tais como, os grupos

sociais, o sexo, a idade e a região do falante. Desse modo, é possível perceber e identificar as variantes da língua e as mudanças que ela sofre por intermédio da forma escrita e falada da língua representada na literatura.

A partir dessa perspectiva, justifica-se o uso do modernismo para exemplificar de maneira mais eficaz a questão sobre o preconceito linguístico. Em seu artigo, Oliveira (2009), traz alguns exemplos de clássicos poemas modernistas, como por exemplo “Vícios da Fala”, de Oswald de Andrade⁵:

Para dizerem milho dizem mio
Para melhor dizem mió
Para pior pió
Para telhado dizem teiado
E vão fazendo telhados

Também de Oswald de Andrade, o poema Pronominais também é exposto pelo autor do artigo:

Dê-me um cigarro
Diz a gramática
Do professor e do aluno
E do mulato sabido
Mas o bom negro e o bom branco
Da Nação Brasileira
Dizem todos os dias
Deixa disso camarada
Me dá um cigarro.

Os alunos devem ler os poemas e discutir sobre os sentidos em grupos. É importante ressaltar que não deve ser requisitado que os alunos *corrijam* as expressões que não estão alinhadas à modalidade de prestígio da língua. Esse tipo

⁵ Escritor paulistano, nascido no século XIX e um dos participantes da Semana de Arte Moderna, em 1922. Disponível em: https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/oswald_de_andrade. Acesso em: 19 nov. 2020.

de abordagem pode gerar, consciente ou inconscientemente, a ideia de que as expressões não estão corretas, sem considerar os contextos de utilização. Cabe abordar questões de contextualização e a intencionalidade dos poemas apresentados. Após a exposição e às pontuações necessárias, será pedido que os alunos identifiquem os elementos que fogem à considerada norma culta. Além da interpretação dos poemas, os alunos podem refletir sobre o uso de tais expressões em seus próprios discursos no dia a dia. Sobre o poema Pronominais, pode-se pedir para que os alunos relacionem o poema com a fala de Emerico de Almeida sobre as diferenças das variedades brasileira e europeia do português. Espera-se que os alunos façam a comparação da frase dita “pela gramática do professor, do aluno e do mulato sabido” com a frase que “o bom negro e o bom branco da Nação Brasileira dizem todos os dias” e reflitam sobre a oposição trazida no poema entre a língua descrita pela gramática e pela norma culta e a língua falada no cotidiano do cidadão comum.

Após as discussões e reflexões, as seguintes produções textuais devem ser expostas:

Amad'e meu amigo⁶,
valha Deus!
vede'la frol do pinho
e guisade d'andar

Amig'e meu amado,
valha Deus!
vede la frol do ramo
e guisade d'andar (...)

Bem como a música As Flores, da dupla sertaneja Tonico e Tinoco:

Grinarda é a fror da paixão⁷,
a muié é a fror da ilusão,
deixa a saudade prantada
no jardim do nosso coração.

⁶ D. Dinis. Disponível em: <<https://cantigas.fcsh.unl.pt/cantiga.asp?cdcant=594&pv=sim>>. Acesso em: 17 de novembro de 2020.

⁷ As flores. Tonico e Tinoco. Disponível em: <<https://www.lettras.mus.br/tonico-e-tinoco/89102/>>. Acesso em: 17 de novembro de 2020.

Sereno, fror da madrugada,
solução é a fror da paixão,
luar, a fror do poeta
e a cabocra a fror do sertão.

A partir da exposição a essas produções, deve-se pedir para que os alunos encontrem alguma semelhança na grafia de uma das palavras. Espera-se que relacionem a palavra “frol”, escrita por Dom Dinis com a palavra “fror”, da música da dupla sertaneja. Quando essa relação for feita, é necessário que a atenção dos discentes seja chamada para o contexto histórico de produção. D. Dinis viveu entre os anos 1261⁸ e 1325, em Portugal. Tónico e Tinoco⁹, por sua vez, é uma dupla sertaneja formada no século XX por dois irmãos do interior de São Paulo. Feitas as observações, é importante ressaltar que a grafia das palavras é parecida em determinado período do português europeu e em uma das variedades do português brasileiro, que pode ser considerada como a variedade “caipira”.

Sob essa perspectiva, é possível introduzir mais informações históricas acerca das mudanças que ocorreram na língua portuguesa. É proposto que se trace o percurso da palavra flor, que é a palavra presente nos textos apresentados anteriormente, desde o Latim Clássico. Durante o período do Latim Clássico, a palavra era escrita como *florem*. Durante a transição do Latim Clássico para o Latim Coloquial Tardio, ocorreu a apócope do –M e, mais tarde, do –E. Na transição do Latim Coloquial Tardio para o Português Arcaico, houve a metátese, fenômeno que provoca a troca da posição de dois sons. Flor, então, passou a ser “frol”. Foi na passagem do Português Arcaico para o Português Moderno, que houve outra metátese, fazendo com que a palavra retornasse a sua grafia de “flor”. Mesmo sendo possivelmente outro processo evolutivo (a troca no l pelo r na música sertaneja pode ser da mesma natureza da troca de *blanco* por branco), o importante é fazer com que se note a natureza mutável da língua, que faz com que as grafias das palavras mudem, muitas vezes seguindo algum tipo de padrão. Outros exemplos podem ser dados, utilizando Os Lusíadas, de Luís de Camões, como é

⁸ Notas biográficas sobre D. Dinis. Disponível em: <https://cantigas.fcsb.unl.pt/autor.asp?pv=sim&cdaut=25>. Acesso em: 18 nov. 2020.

⁹ Dados artísticos sobre a dupla sertaneja. Disponível em: <https://dicionariompb.com.br/tonico-e-tinoco/dados-artisticos>. Acesso em: 18 nov. 2020.

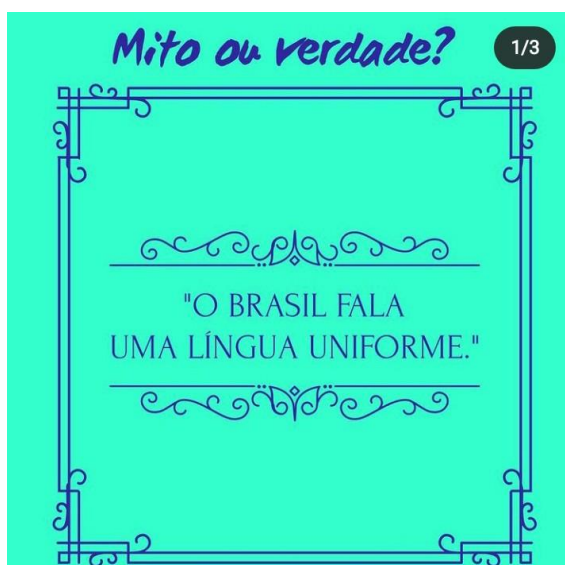
exemplificado por Bagno (199, p. 30) quando discute sobre a relação da troca das letras nas variedades do português brasileiro:

Se fôssemos pensar que as pessoas que dizem Cráudia, chicrete e pranta têm algum “defeito” ou “atraso mental”, seríamos forçados a admitir que toda a população da província romana da Lusitânia também tinha esse mesmo problema na época em que a língua portuguesa estava se formando. E que o grande Luís de Camões também sofria desse mesmo mal, já que ele escreveu ingrês, pubricar, pranta, frauta, frecha na obra que é considerada até hoje o maior monumento literário do português clássico, o poema Os Lusíadas. E isso, é “craro”, seria no mínimo absurdo (*apud* ARAÚJO; SOUSA, 2019, p. 3).

A partir dessas observações é possível promover reflexões que abordem os motivos de a palavra “fror”, dita muitas vezes em variedades do português brasileiro, é considerada sob uma perspectiva estigmatizada.

Para finalizar, é proposto que uma atividade de produção com a intenção de avaliar a maneira que o conteúdo foi absorvido pelos alunos. Eles devem ser apresentados a um perfil no Instagram, como o @preconceito_linguistico, que em uma série de postagens, publicou alguns mitos relacionados a crenças linguísticas geralmente difundidas na sociedade. Seguem os exemplos:

Figura 1: Postagem realizada no perfil @preconceito_linguistico do Instagram.



Fonte: Captura de tela. Disponível em: https://www.instagram.com/preconceito_linguistico/. Acesso em: 18 nov. 2020.

Figura 2: Postagem realizada no perfil @preconceito_linguistico do Instagram.



Fonte: Captura de tela. Disponível em: https://www.instagram.com/preconceito_linguistico/. Acesso em: 18 nov. 2020.

Figura 3: Postagem realizada no perfil @preconceito_linguistico do Instagram.



Fonte: Captura de tela. Disponível em: https://www.instagram.com/preconceito_linguistico/. Acesso em: 18 nov. 2020.

Figura 4: Postagem realizada no perfil @preconceito_linguistico do Instagram.



Fonte: Captura de tela. Disponível em: https://www.instagram.com/preconceito_linguistico/. Acesso em: 18 nov. 2020.

Figura 5: Postagem realizada no perfil @preconceito_linguistico do Instagram.



Fonte: Captura de tela. Disponível em: https://www.instagram.com/preconceito_linguistico/. Acesso em: 18 nov. 2020.

Figura 6: Postagem realizada no perfil @preconceito_linguistico do Instagram.



Fonte: Captura de tela. Disponível em: https://www.instagram.com/preconceito_linguistico/. Acesso em: 18 nov. 2020.

Figura 7: Postagem realizada no perfil @preconceito_linguistico do Instagram.



Fonte: Captura de tela. Disponível em: https://www.instagram.com/preconceito_linguistico/. Acesso em: 18 nov. 2020.

Após a exposição ao material digital, deve-se pedir para que os alunos, em grupo, produzam um post com o mesmo formato, em que algum mito sobre a língua possa ser refutado com um fato histórico. Uma conta semelhante no Instagram pode ser criada para postar as produções da turma, mas outras plataformas podem ser utilizadas.

A sequência didática apresentada nesta seção refere-se a aulas que podem ser ministradas diretamente sobre o preconceito linguístico e possíveis abordagens que considerem a história da língua. Cabe ressaltar, no entanto, que o combate ao problema deve ser iniciado pela própria postura da escola em relação às variedades linguísticas que os próprios alunos utilizam no dia a dia. Mesmo em aulas que não possuam o intuito de tratar explicitamente sobre o assunto, durante as interações com os alunos questões como essa podem ser abordadas naturalmente, de modo a internalizar alguns dos conceitos apresentados neste trabalho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante a realização deste trabalho, foi possível ir ao encontro, inúmeras vezes, à ideia de que a educação é a resposta para muitas das nossas inquietações como sociedade. O preconceito linguístico, assim como qualquer forma de hierarquização social, marca a dinâmica de poder que permite que uma elite seja colocada como superior e suprima todo o conhecimento e sabedoria daqueles que não estão em posições privilegiadas.

O objetivo geral, de verificar e discutir as possibilidades de uso das ferramentas da linguística histórica para a abordagem do preconceito linguístico em ambiente escolar, e os objetivos específicos, de investigar as relações entre o preconceito linguístico e a sala de aula; evidenciar a importância e a utilidade de uma abordagem histórica para o ensino de Língua Materna; e indicar possibilidades para se apresentar o preconceito linguístico sob uma perspectiva histórica da língua, foram cumpridos através da análise de artigos e outros materiais produzidos sobre o assunto.

A partir dos estudos feitos, nota-se que a educação, sendo uma das peças fundamentais para a resolução deste quebra-cabeça, pode contar com muitas outras ferramentas para atingir seus objetivos. A Linguística Histórica é uma das ferramentas que, se utilizada mais abertamente e com mais propriedade, pode fazer com que alunos de diferentes contextos ganhem a perspectiva de quem são como falantes, e quem é o outro, sem juízos de valor, além de compreender melhor o mundo ao redor. Um dos objetivos do ensino de História nas escolas brasileiras, afinal, parte da construção do conhecimento necessário para compreender questões da atualidade, além da compreensão de mecanismos políticos, estruturas sociais e relações de poder. O mesmo pode ser aplicado à Linguística Histórica.

A partir desta pesquisa, mais paralelos poderão ser traçados entre o preconceito linguístico e a Linguística Histórica dentro e fora do contexto da sala de aula. Além disso, muito mais poderá ser repensado sobre o espaço que as escolas brasileiras podem dar à história da língua.

BIBLIOGRAFIA

ALVARADO-PRADA, Luis Eduardo; FREITAS, Thaís Campos; FREITAS, Cinara Aline. Formação continuada de professores: alguns conceitos, interesses, necessidades e propostas. **Revista Diálogo Educacional**, Curitiba, v. 10, n. 30, p. 367-387, jul. 2010. Disponível em: <https://periodicos.pucpr.br/index.php/dialogoeducacional/article/view/2464/2368>. Acesso em: 22 nov. 2020. DOI: <http://dx.doi.org/10.7213/rde.v10i30.2464>.

ALVES, Diogo de Campos; XAVIER, Vanessa Regina Duarte. Por uma abordagem sócio-histórica no ensino de língua portuguesa: breves considerações. **DOMÍNIOS DE LINGU@GEM**, Uberlândia, v. 13, n. 1, p. 288-312, 2019. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/dominiosdelinguagem/article/view/41982>. Acesso em: 22 nov. 2020. DOI: <https://doi.org/10.14393/DL37-v13n1a2019-12>.

ARAÚJO, Denise Lino de. O que é (e como se faz sequência) didática?. **Revista Entrepalavras**, v. 3, n. 1, p. 322-334, 2013. Disponível em: <http://www.entrepalavras.ufc.br/revista/index.php/Revista/article/view/148>. Acesso em: 22 nov. 2020. DOI: <http://dx.doi.org/10.22168/2237-6321.3.3.1.322-334>.

BAGNO, Marcos. **Preconceito linguístico: o que é, como se faz**. São Paulo: Edições Loyola, 1999.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**: educação é a base. Brasília, 2018. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: 22 nov. 2020.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais**: primeiro e segundo ciclos do ensino fundamental: língua portuguesa. Brasília: MEC/SEF, 1997. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro02.pdf>. Acesso em: 22 nov. 2020.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais**: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: língua portuguesa. Brasília: MEC/SEF, 1998. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/portugues.pdf>. Acesso em: 22 nov. 2020.

BUESCU, Helena C.; MAIA, Luís C.; SILVA, Maria Graciete; ROCHA, Maria Regina. **Programa de Português e Metas Curriculares**: Ensino Secundário. Lisboa: Ministério da Educação e Ciência, 2014. Disponível em: https://www.dge.mec.pt/sites/default/files/ficheiros/programa_metas_curriculares_portugues_secundario.pdf. Acesso em: 22 nov. 2020.

CASTILHO, A. T.. O Português do Brasil. In: Rodolfo Ilari. (Org.). **Linguística Românica**. São Paulo: Ática, 1992, v. , p. 237-269.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4a. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MICHELON, Talita Maiara; MARTINS, Maria Angélica Seabra Rodrigues. A variação e o preconceito linguístico na escola à luz sociolinguística e dos PCNs. **Revista Ideação**, Foz do Iguaçu, v. 14, n. 2, p. 101-122, 2012. Disponível em: <http://e-revista.unioeste.br/index.php/ideacao/article/view/6900>. Acesso em: 22 nov. 2020. DOI: <https://doi.org/10.48075/ri.v14i2.6900>.

NG, Sik Hung; DENG, Fei. Language and Power. **Oxford Research Encyclopedia of Communication**, Oxford (Inglaterra), 2017. Disponível em: <https://oxfordre.com/communication/view/10.1093/acrefore/9780190228613.001.0001/acrefore-9780190228613-e-436>. Acesso em: 22 nov. 2020. DOI: <https://doi.org/10.1093/acrefore/9780190228613.013.436>.

OLIVEIRA, Giezi Alves de. A sociolinguística e o modernismo no Brasil – aspectos variantes da língua. In: SEMANA DE HUMANIDADES, 17., 2009, Natal. **Anais [...]**. Natal: CCHLA-UFRN, 2009. Disponível em: <https://cchla.ufrn.br/humanidades2009/Anais/GT13/13.11.pdf>. Acesso em: 22 nov. 2020.

O'NEILL, Paul; MASSINI-CAGLIARI, Gladis. Linguistic prejudice and discrimination in Brazilian Portuguese and beyond. **Journal of Language and Discrimination**, Sheffield (Inglaterra), v. 3, n. 1, p. 32-62, 2019. Disponível em: <https://journal.equinoxpub.com/JLD/article/view/11902>. Acesso em: 22 nov. 2020. DOI: <https://doi.org/10.1558/jld.37344>.

RAMOS, C. O.; PIERI, M. M. N. . A sala de aula como ambiente de embate cultural: percepções sobre o preconceito linguístico. In: SIMFOP. Simpósio sobre Formação de Professores, 2012, Tubarão. **Anais do III Simpósio sobre Formação de Professores - SIMFOP**. Tubarão: Unisul, 2012.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria da Educação do Estado de São Paulo. **SP faz escola**: caderno do aluno – 3ª série; 2º bimestre. São Paulo, 2020. Disponível em: <https://efape.educacao.sp.gov.br/curriculopaulista/wp->

<content/uploads/sites/7/download/EM%202020%20-%20Caderno%20do%20Aluno%20-%20Vol.2%20/3a%20serie%202o%20Bl.pdf>.

Acesso em: 22 nov. 2020.

SILVA, Altemar Gonçalves da. **Preconceito linguístico: um panorama histórico do latim ao português brasileiro**. 2014. 34f., il. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Letras Português) — Universidade de Brasília, Brasília, 2014. Disponível em: <https://bdm.unb.br/handle/10483/8227>. Acesso em: 22 nov. 2020.